CPIs estaduais podem determinar quebra de sigilo

As CPIs de assembléias legislativas ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal têm o mesmo poder de determinar a quebra de sigilos fiscal e bancário que as comissões da Câmara dos Deputados e do Senado. Com base no entendimento já firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o ministro **Celso de Mello** deu liminar determinando que a Receita Federal e a Caixa Econômica entreguem à CPI da Gautama, aberta no parlamento do DF, os dados fiscais e bancários pedidos pelos deputados distritais.

O ministro ressaltou, na liminar, que a recusa dos órgãos federais de abrir os dados, além de arbitrária, é inconstitucional. A Receita e a Caixa se recusaram a fornecer as informações com o argumento de que a lei complementar dá poder de decretar quebra de sigilo apenas às CPIs abertas no âmbito do Congresso Nacional.

De acordo com o ministro, contudo, esse poder se estende às CPIs estaduais por força constitucional. "Os poderes investigatórios das CPIs estaduais de distritais (que lhes permitem determinar a '*disclosure* ' de dados sigilosos fiscais e bancários) deriva, não da legislação comum (mesmo complementar), mas, isso sim, decorre da própria Constituição Federal."

O pedido de quebra de sigilo foi aprovado pela Câmara do DF em setembro do ano passado. Os deputados pediram informações fiscais e bancárias da empreiteira baiana Gautama, do seu proprietário Zuleido Veras, da funcionária Maria de Fátima Palmeira, do ex-deputado distrital Pedro Passos e do ex-servidor da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, Julio Cavalcante.

A Comissão investiga o desvio de recursos do Distrito Federal que deveriam ser usados para construir uma barragem no Rio Preto. O ex-deputado Pedro Passos, que renunciou para evitar uma possível cassação e a conseqüente perda dos direitos políticos, é suspeito de facilitar a liberação de recursos para a obra que nunca foi construída.

Na liminar em que determina a abertura das informações sigilosas, o ministro Celso de Mello elenca precedentes do Supremo no mesmo sentido, em dois casos, relatados pelos ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio. Celso de Mello ressaltou ainda que, apesar das decisões do STF, há uma insistência em rejeitar os pedidos das CPIs estaduais. Ele próprio é relator de dois casos do gênero no tribunal.

Leia a decisão

MED. CAUT. EM AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.190-5 DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

AUTOR(A/S)(ES): CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ADVOGADO(A/S): STÉFANO BORGES PEDROSO

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

RÉU(É)(S): UNIÃO

ADVOGADO(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RÉU(É)(S): SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RÉU(É)(S): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

RÉU(É)(S): SUPERVISOR DA REPRESENTAÇÃO DE FILIAL BRASÍLIA DE ENTRADA DE DADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO: A **presente** causa, **instaurada** originariamente perante esta Suprema Corte, **põe em evidência** típica situação **configuradora** de conflito federativo, **pois nela se antagonizam** a Câmara Legislativa do Distrito Federal, de um lado, **e** o Secretário da Receita Federal do Brasil **e** a Caixa Econômica Federal, de outro, **que se recusaram** a prestar informações de ordem bancária **e** fiscal **à denominada** "*CPI da Gautama*", **constituída** no âmbito **daquele** órgão do Poder Legislativo **do Distrito Federal**.

A recusa ora questionada **apóia-se** na alegação de que comissões parlamentares de inquérito **instituídas** na esfera do Poder Legislativo **dos Estados-membros e do Distrito Federal** não dispõem de legitimidade **para requisitar** a quebra de sigilo bancário, **diretamente**, às instituições financeiras **ou para determinar**, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, o fornecimento de documentos e informações protegidos por sigilo fiscal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, **sustentando** titularizar **essa especial** prerrogativa de ordem jurídica, **necessária** ao exercício das atividades de investigação **inerentes** à referida comissão parlamentar de inquérito, **assim justificou**, em seus aspectos essenciais, **a sua pretensão** (**fls. 03/05 e 06**):

"***A demanda ataca atos praticados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e pelo seu Supervisor da representação de Filial Brasília de Entrada de Dados*** *através dos Ofícios nº 1575/2008/REDAD/BR de 14 de abril de 2008 e 1700/2008/REDAD/BR de 25 de abril de 2008, pela UNIÃO* ***e pelo Secretário da Receita Federal*** *através dos Ofícios nº 3.803/2007/RFB de 22 de outubro de 2007 e Gabin/RFB nº 753 de 23 de abril de 2008 (doc. 02),* ***que negaram a solicitação*** *realizada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito* ***instaurada*** *no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal* ***para que fosse concedido à CPI acesso a dados bancários e fiscais*** *de pessoas investigadas solicitadas por meio dos Ofícios nºs 22/2007, 067/2008, 078/2008, 079/2008, 80/2008, 81/2008 – CPI 'DA GAUTAMA' (doc. 03).*

……

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Por meio da aprovação em plenário do Requerimento nº 350/2007 *que resultou no Ato do Presidente nº 684/2007* ***foi criada*** *Comissão Parlamentar de Inquérito* ***destinada*** *a investigar irregularidades, ilegalidades e imoralidades, pretensamente existentes no contrato 001/2001 firmado em 08 de março de 2001 entre a Construtora Gautama Ltda. e o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Agricultura para captação e distribuição de água na região irrigável da Bacia do Rio Preto no Distrito Federal.*

A partir do mês de setembro de 2007*, diante dos fortes indícios que apontavam para a ocorrência de desvio de verbas públicas, favorecimento ilícito de pessoas e formação de quadrilha, os membros da CPI deliberaram em sessão plenária determinar a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico dos principais envolvidos. Foram votados e aprovados em 28 de setembro de 2007 o requerimento nº 28/2007 de autoria do Deputado Cabo Patrício que requeria a quebra de sigilo fiscal, das seguintes pessoas jurídicas e físicas: Construtora Gautama Ltda., Zuleido Soares de Veras, Maria de Fátima Palmeira, Henrique Garcia Araújo, ex-deputado distrital Pedro Passos, ex-Secretário de Agricultura Aguinaldo Lelis, Julio Castro Cavalcante , Hebert Gualberto de Souza e Adão Birajara Farias, no período de janeiro de 2000 a agosto de 2007 e em 07 de abril de 2008 os requerimentos 56/2008 e 57/2008, ambos de autoria do Presidente da CPI Deputado Bispo Renato Andrade, que requeria a quebra dos sigilos fiscais junto à Secretaria da Receita Federal da Empresa Silte Participações Ltda., das pessoas físicas de Jane Eyre de Albuquerque Veras e Edson Karuak do Rio, bem como da pessoa jurídica Paulo Sávio Cardoso de Oliveira todos no período de janeiro de 2000 a agosto de 2007 (docs. 04 e 05).*

Nesse passo*,* ***o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito****, Deputado BISPO RENATO* ***solicitou às Autoridades indicadas****, através dos ofícios nº 22/2007, 067/2008, 078/2008, 079/2008, 80/2008, 81/2008 – CPI 'DA GAUTAMA',* ***a transferência*** *dos sigilos bancário* ***e*** *fiscal dos investigados* ***no período*** *estabelecido pelos requerimentos aprovados.*

Foram recebidos *os dados de quase a totalidade das instituições financeiras,* ***se recusando a apresentar os dados apenas a Caixa Econômica Federal e a Secretaria da Receita Federal****.*

……

Para justificar a negativa*, as autoridades federais* ***conferem*** *interpretação literal* ***do artigo 4º*** *da Lei Complementar nº 105/01* ***afirmando que apenas as CPIs instauradas no âmbito federal podem ter acesso a dados bancários e fiscais sigilosos*** *de seus investigados.*" (**grifei**)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao adotar parecer de sua Assessoria Especial (Nota RFB/Asesp nº 42/2007), **assim fundamentou** o ato de recusa (fls. 27/29):

"***Constata-se****, portanto,* ***que os textos normativos*** *ora reproduzidos* ***não cogitam de acesso direto*** *a dados econômico-fiscais sigilosos* ***por CPI*** *instituída* ***no âmbito*** *dos Estados* ***e*** *do Distrito Federal.*

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

9. Acredita-se *que, em ambas as hipóteses de dever de manutenção de sigilo (fiscal e bancário), o legislador infraconstitucional tenha sopesado antes de sua decisão, entre outros fatores, direitos constitucionais públicos e privados, para, ao final, entender razoável excepcionar da regra de sigilo a prestação de informações e o fornecimento de documentos – sem intervenção judicial – às comissões parlamentares de inquérito federais, e, por outro lado, não conferir igual tratamento às comissões instituídas no âmbito estadual e distrital.*

10. Essa linha de entendimento *se assenta, também, na orientação jurídica consubstanciada no Parecer PGFN/GAB nº 426, de 1995, exarado pelo Procurador Judicial, Dr. Daniel Rodrigues Alves, e aprovado pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luiz Carlos Sturzenegger, que assim conclui:*

*'**7**. As Comissões Parlamentares de Inquérito de nível Federal, pelo poder, conferido pela Lei e referendado pela Constituição, de investigação próprio das autoridades judiciais, a estas se equiparam 'ex vi legis', aplicando-se-lhes a exceção prevista no parágrafo único do art. 198 do CTN.*

Às Comissões Parlamentares de Inquérito de outros níveis, por falta de previsão legal, é defeso *o fornecimento de informações protegidas pelo sigilo fiscal.'*

11. Não pareceria prudente que a Secretaria da Receita Federal do Brasil *deixasse de observar tal orientação* ***emanada*** *do órgão competente para prestar consultoria e assessoria jurídica no âmbito do Ministério da Fazenda,* ***nos termos*** *do art. 13 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,* ***porque é inegável*** *que manifestação jurídica conclusiva, como a de que se trata,* ***serve*** *de balizamento seguro para que a administração tributária federal atue em conformidade com os princípios constitucionais e legais que a regem. Se a Secretaria da Receita Federal do Brasil viesse a atuar de modo diverso, fornecendo as informações solicitadas pela CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sem autorização ou ordem judicial, seu agente poderia ficar sujeito a responder, pessoalmente, na esfera administrativa, civil e penal por conduta contrária à legislação. E, como é notório, em caso de violação de sigilo funcional, as sanções aplicáveis são extremamente severas, pois incluem demissão ou destituição do cargo e pena de reclusão de 2 a 6 anos.*

12. Em suma, verifica-se que a Secretaria da Receita Federal do Brasil não tem autorização legal para fornecer, sem *prévia autorização* ***ou*** *determinação judicial,* ***as informações protegidas por sigilo fiscal*** *que lhe foram solicitadas* ***pela CPI*** *da Câmara Legislativa do Distrito Federal.*" (**grifei**)

A Caixa Econômica Federal, por sua vez, **apoiando-se** na Lei Complementar nº 105/2001, **fundamentou sua recusa** na alegação de que "*(…)* ***a Câmara Legislativa*** *do Distrito Federal* ***não está incluída*** *entre os órgãos que podem requisitar* ***a quebra*** *de sigilo bancário,* ***diretamente****, às Instituições Financeiras*" (fls. 20 e 21 – **grifei**).

Sendo esses os fatos, **passo a apreciar** o pedido de medida cautelar.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Reconheço configurada, preliminarmente, na espécie, **a competência originária** desta Suprema Corte para processar e julgar **a presente** causa, **considerada** a regra **inscrita** no art. 102, I, "**f**", da Constituição, **eis que a recusa** que emanou de referida empresa pública **e** do Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil **nega**, ao Poder Legislativo do Distrito Federal, **o exercício** de uma de suas **mais elevadas** atribuições institucionais: **a prerrogativa** – **fundada** no próprio texto da Constituição – **de fiscalizar e de investigar** atos e comportamentos **sujeitos** à esfera de competência local.

Esse quadro de antagonismo, portanto, **faz instaurar**, a meu juízo, **típica** situação **configuradora** de conflito federativo, **a legitimar**, em conseqüência, **a incidência**, na espécie, do art. 102, inciso I, **alínea** "**f**", da Constituição (**Rcl 2.549/PE**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, **v.g.**).

Em situação **virtualmente idêntica** à desta causa, **o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **ao reconhecer-se competente** para julgar, **em sede originária**, mandado de segurança **impetrado** pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro **contra** determinada autarquia federal (o Banco Central do Brasil), **proferiu** decisão consubstanciada em acórdão assim ementado:

"***MANDADO DE SEGURANÇA***. ***AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA***. ***COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL***. ***CONFLITO FEDERATIVO***. ***COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO***.

Mandado de segurança *impetrado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro* ***contra a recusa****, pelo Banco Central do Brasil,* ***em atender pedido*** *de dados protegidos por sigilo bancário.* ***Impetração dirigida ao Supremo Tribunal Federal*** *e autuada como ação cível originária, com fundamento no art. 102, I, '****f****', da Constituição Federal.*

Questão de ordem *resolvida* ***para declarar competente*** *o STF para julgar a impetração.*"

(**ACO 730-QO/RJ**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **grifei**)

Essa orientação nada mais traduz **senão** conseqüência natural da regra de competência **inscrita** no art. 102, I, "**f**", da Constituição da República, **que confere**, ao Supremo Tribunal Federal, a posição eminente **de Tribunal da Federação**, atribuindo, a **esta** Corte, em tal condição institucional, **o poder de dirimir** as controvérsias, que, **ao irromperem** no seio do Estado Federal, culminam, **perigosamente**, por antagonizar as unidades **que compõem** a Federação.

Essa **magna** função jurídico-institucional da Suprema Corte **impõe-lhe o gravíssimo dever** de velar **pela intangibilidade** do vínculo federativo **e** de zelar **pelo equilíbrio harmonioso** das relações políticas entre as pessoas estatais (**e** respectivas instrumentalidades administrativas) **que integram** a Federação brasileira.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Daí a observação constante do magistério doutrinário (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “ **Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, vol. 2/219-220, 1992, Saraiva), cuja lição**, ao ressaltar essa **qualificada** competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **acentua**:

“***Reponta aqui o papel do Supremo Tribunal Federal como órgão de equilíbrio do sistema federativo*** *. Pertencente embora à estrutura da União, o Supremo tem um caráter nacional que o habilita a decidir, com independência e imparcialidade, as causas e conflitos de que sejam partes, em campos opostos, a União e qualquer dos Estados federados.*” (**grifei**)

É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal, **ao interpretar** a norma de competência **consubstanciada** no art. 102, I, “**f**”, da Carta Política, **veio a proclamar** que “*o dispositivo constitucional invocado visa a resguardar o equilíbrio federativo*” (**RTJ 81/330-331**, Rel. Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE), **advertindo**, por isso mesmo, **que não é** qualquer causa **que legitima** a invocação do preceito constitucional referido (**ACO 597-AgR/SC**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**), mas, **exclusivamente**, aquelas controvérsias **de que possam derivar** situações **caracterizadoras** de conflito federativo (**RTJ** 132/109 – **RTJ** 132/120), **como sucede**, p. ex., **nos casos em que** entidades governamentais vinculadas à União Federal **negam**, a um órgão público estruturado em certa unidade federada, **o exercício** de prerrogativa institucional **que lhe é inerente**.

Configurada, pois, na espécie, **na linha** dos precedentes jurisprudenciais mencionados, **a competência originária** do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar a presente causa, **torna-se possível examinar** o pedido de medida liminar **deduzido** pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (fls. 15). **E** , ao fazê-lo, **entendo**, em juízo **de estrita** delibação, **que se reveste** de plausibilidade jurídica a pretensão ora formulada **nesta** sede processual.

Como se sabe, dentre os poderes **conferidos** às Comissões Parlamentares de Inquérito pela Constituição (art. 58, **§ 3º**), **inclui-se** o de solicitar documentos **necessários** ao desenvolvimento das investigações, **ainda que se trate** de documentos protegidos pela cláusula legal de sigilo.

Verifico, no caso em análise, que os representantes da Caixa Econômica Federal **e** da Secretaria da Receita Federal do Brasil **deixaram de fornecer** dados sigilosos à Comissão Parlamentar de Inquérito **instaurada** no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, **necessários** à investigação legislativa local **e referentes** a dados de pessoas físicas e jurídicas supostamente envolvidas **em possível** “ *(…) malversação de recursos públicos (…)*” (fls. 10).

Cumpre referir, neste ponto, por pertinente, **conforme** noticiado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, **que as investigações** de sua Comissão Parlamentar de Inquérito **referem-se** a possíveis “*(…) irregularidades, ilegalidades e imoralidades, pretensamente existentes no contrato 001/2001 firmado em 08 de março de 2001 entre a Construtora Gautama Ltda. e o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Agricultura para captação e distribuição de água na região irrigável da Bacia do Rio Preto no Distrito Federal*” (fls. 03/04).

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Cabe ressaltar, nesse ponto, **que assiste**, à Comissão Parlamentar de Inquérito, **mesmo** se instituída **no âmbito** do Poder Legislativo local (**ACO 730/RJ**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA), **competência** para decretar, "***ex propria auctoritate***", a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das pessoas sujeitas a investigação legislativa.

Esse entendimento **encontra** apoio na jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal, que, **a partir** do julgamento plenário **do MS 23.452/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO (**RTJ** 173/805-810), **firmou orientação** no sentido **de reconhecer** que a quebra do sigilo **constitui** poder **inerente** à competência investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito (**RTJ 177/229**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RTJ 180/191-193**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RTJ 182/955-956**, Rel. Min. CELSO DE MELLO):

"– ***O sigilo bancário***, ***o sigilo fiscal e o sigilo telefônico*** *(sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos* ***e que não se identifica*** *com a inviolabilidade das* ***comunicações*** *telefônicas) – ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política –* ***não*** *se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito,* ***eis que*** *o ato que lhes decreta a quebra traduz natural* ***derivação*** *dos poderes de investigação que foram conferidos,* ***pela própria Constituição da República****, aos órgãos de investigação parlamentar.*

As Comissões Parlamentares de Inquérito*,* ***no entanto****, para decretar, legitimamente,* ***por autoridade própria****, a quebra do* ***sigilo bancário****, do* ***sigilo fiscal*** *e/ou do* ***sigilo telefônico****, relativamente a pessoas por elas investigadas,* ***devem demonstrar****, a partir de meros indícios,* ***a existência concreta de causa provável*** *que legitime a medida excepcional (****ruptura*** *da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação),* ***justificando*** *a necessidade de sua efetivação no procedimento* ***de ampla*** *investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar,* ***sem prejuízo*** *de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (****CF****, art. 5º, XXXV).*

– As deliberações de ***qualquer*** *Comissão Parlamentar de Inquérito,* ***à semelhança*** *do que* ***também*** *ocorre com as decisões judiciais (****RTJ*** *140/514), quando* ***destituídas*** *de motivação, mostram-se* ***írritas*** *e* ***despojadas*** *de eficácia jurídica, pois* ***nenhuma*** *medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público,* ***sem*** *que o ato que a decreta seja adequadamente* ***fundamentado*** *pela autoridade estatal.*
"

(**RTJ 173/808**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Vê-se, desse modo, que, **por efeito** de expressa **autorização constitucional** (**CF**, art. 58, § 3º), **assiste competência** à Comissão Parlamentar de Inquérito, para, **ela própria**, decretar **a ruptura** dessa esfera de privacidade das pessoas.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Impende registrar, neste ponto, **por relevante**, que o Supremo Tribunal Federal, **em caso virtualmente idêntico** ao ora em exame, **concedeu a segurança** para determinar, ao Banco Central do Brasil, **que fornecesse** as informações sigilosas solicitadas pela Assembléia Legislativa **do Estado** do Rio de Janeiro:

"***AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA***. ***MANDADO DE SEGURANÇA***. ***QUEBRA DE SIGILO DE DADOS BANCÁRIOS DETERMINADA POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA***. ***RECUSA DE SEU CUMPRIMENTO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL***. ***LEI COMPLEMENTAR 105/2001***.

Potencial conflito federativo *(**cf**. ACO 730-QO).*

Federação. *Inteligência. Observância obrigatória, pelos estados-membros, de aspectos fundamentais decorrentes do princípio da separação de poderes previsto na Constituição federal de 1988.*

Função fiscalizadora *exercida pelo Poder Legislativo.* ***Mecanismo essencial*** *do sistema de 'checks-and-counterchecks' adotado pela Constituição federal de 1988.* ***Vedação da utilização*** *desse mecanismo de controle pelos órgãos legislativos dos estados-membros.* ***Impossibilidade***. ***Violação do equilíbrio federativo e da separação de Poderes***.

Poderes de CPI estadual*:* ***ainda que seja omissa a Lei Complementar 105/2001, podem essas comissões estaduais requerer*** *quebra de sigilo de dados bancários,* ***com base*** *no art. 58, § 3º, da Constituição.*

Mandado de segurança conhecido ***e parcialmente provido***."

(**ACO 730/RJ**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **grifei**)

Necessário registrar, ainda, **conforme mencionado** na inicial, **as decisões proferidas** pelos eminentes Ministros MARCO AURÉLIO (**ACO 796-MC/DF**) **e** JOAQUIM BARBOSA (**ACO 824-MC/DF**) com que se deferiram pedidos de medida cautelar também deduzidos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, **para determinar** o fornecimento **de dados sigilosos** às Comissões Parlamentares de Inquérito então instauradas **no âmbito** distrital.

A recusa emanada da Caixa Econômica Federal e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, **que compromete** o exercício dos poderes investigatórios de Comissão Parlamentar de Inquérito **instituída** pelo Poder Legislativo **do Distrito Federal** – e cujo objeto **restringe-se** à pesquisa de dados pertinentes a matéria **inteiramente** sujeita à esfera de competência legislativa **e** fiscalizadora dessa unidade federada -, **culmina** por introduzir, **no plano** de nossa organização político-jurídica, **um preocupante** elemento **desestabilizador** da harmonia nas relações **fundadas** no pacto da Federação.

O aspecto que venho de mencionar **foi bem realçado** pela parte ora impetrante (fls. 08):

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

"***Na verdade**, as limitações às atividades das CPIs estaduais não dizem respeito aos poderes e meios de investigação que lhe são conferidos, mas aos fatos objeto de sua apreciação, que devem estar relacionados ao quadro de competência do Estado-membro, ou – na hipótese presente – do Distrito Federal.*

***Assim**, **conclui-se** que, **nos termos** da legislação vigente, **pode e deve** a Comissão Parlamentar de Inquérito **local determinar** a transferência do sigilo bancário e fiscal de pessoas que estão sendo investigadas em virtude de fato notório e determinado, observadas a necessidade de fundamentação adequada e deliberação plenária.*

***Ambas as condições** estão plenamente atendidas na presente hipótese.*" (**grifei**)

Concorre, por igual, na espécie, o requisito **concernente** ao "*periculum in mora*", **tal como evidenciado**, no caso, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (fls. 15):

"***O requisito** do 'fumus boni juris' decorre da demonstração do equívoco cometido pelas Autoridades indicadas na interpretação do artigo 4º da Lei 105/01, que viola os artigos 58, § 3º, e 18, ambos da Constituição Federal.*

***O 'periculum in mora'** mostra-se presente na medida em que a ilegal recusa no fornecimento da informação requerida acarreta entraves e atrasos nos trabalhos de investigação e fiscalização exercidos pela CPI, que se mostram irreversíveis, ante a imposição legal acerca do prazo certo para funcionamento e conclusão dos trabalhos pela CPI na data de 29 de junho de 2008, conforme determina o art. 72, § 4º, do Regimento Interno da CLDF.*" (**grifei**)

Sendo assim, e em face das razões expostas, **defiro** o pedido de medida cautelar, **em ordem a determinar** "*(…) às Autoridades indicadas **que forneçam** as informações **protegidas** por sigilo bancário **e** pelo sigilo fiscal, **cuja necessidade** decorra do processo investigatório realizado pela CPI que se encontra devidamente fundamentado e com aprovação por decisão plenária*" (**fls. 15** – **grifei**).

Comunique-se, com urgência, **transmitindo-se cópia** da presente decisão ao Senhor Supervisor da Representação de Filial de Entrada de Dados – Brasília da Caixa Econômica Federal **e** ao Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil.

O ofício a ser encaminhado ao Senhor Supervisor/CEF deverá ser instruído **com cópia** dos documentos de fls. 48/49 **e** 20, 56/57, 62/63 **e** 21.

O ofício ao Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil **também** deverá ser instruído **com cópia** dos documentos de fls. 39/40, 41/43, 68/69 **e** 70/71.

Publique-se.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Brasília, 23 de junho de 2008.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Date Created
23/06/2008

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.